



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

13 de fevereiro de 2015

-----Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão ordinária, na Sala 1/2 dos Edifício dos Serviços Comuns do IPC, em S. Martinho do Bispo. Estiveram presentes os conselheiros que assinaram a folha de presenças anexa a esta ata (Doc.1). Justificaram a sua ausência, até ao início da reunião, os conselheiros Ana Coelho, Carla Fidalgo, Jorge Barbosa e Salvador Massano Cardoso (Doc.2). -----

-----A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte:-----

-----**Ponto 1 - Informações;**-----

-----**Ponto 2 - Apreciação da proposta de Plano de Actividades e de Orçamento do IPC para o ano de 2015;**-----

-----**Ponto 3 - Apreciação da proposta de participação do IPC na criação da Federação Portuguesa de Agricultura Social - FEPAS;**-----

-----**Ponto 4 - Apreciação da proposta de associação do IPC ao Centro Pinus;**-----

-----**Ponto 5 - Apreciação da proposta de mobilidade da Presidência da ESEC, que obteve a concordância dos SAS, relativa À Assistente operacional da ESEC Maria Adelaide Bernardino Santos;**-----

-----**Ponto 6 - Outros assuntos urgentes a agendar no início da reunião.**-----

-----Verificando-se a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral (PCG), Fernando Páscoa, cumprimentou os presentes. Antes de entrar na Ordem de Trabalhos (OT) o PCG deu nota de que o conselheiro Jorge Conde tinha manifestado interesse em inserir um novo assunto na OT e passou a palavra ao conselheiro. O conselheiro Jorge Conde, também Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde (ESTeSC), solicitou que se introduzisse o assunto "Anulação de dívida de propinas a duas estudantes da ESTeSC". O conselheiro informou os presentes do falecimento recente de duas alunas da sua UO, e que esta era a razão para propor anular o valor das suas propinas em dívida. A introdução do novo assunto foi aceite por unanimidade, para ser integrada no ponto 6 da OT. De seguida, o PCG, deu início à sessão.-----

-----**Ponto 1 - Informações**-----

-----O PCG questionou se algum dos membros conselheiros desejava prestar ou solicitar alguma informação, e de seguida passou a Palavra ao Presidente do IPC (PIPC), Doutor Rui Antunes. Este informou o Conselho sobre aspectos relativos ao novo método de financiamento das instituições e sobre as consequências devastadoras da sua aplicação para o Ensino Superior Politécnico.-----

-----Tomou a palavra o Conselheiro Jorge Bernardino para pedir ao Presidente do IPC esclarecimentos sobre: (1) a atual situação dos professores que estão na iminência de serem dispensados por não concluírem o doutoramento dentro dos prazos definidos para o período de transição; (2) a reunião que teve no ISEC relacionada com a atual situação financeira da instituição; (3) sobre o rumor de que existe uma empresa ilegal sediada nas instalações do ISEC, já denunciada pelos estudantes da instituição. O PIPC prestou os esclarecimentos solicitados.-----

-----**Ponto 2 - Apreciação da proposta de Plano de Actividades e de Orçamento do IPC para o ano de 2015;**-----

-----O PCG iniciou a apreciação do assunto agendado para o ponto dois da OT, destacando a importância dos Planos Anuais de Actividades e de Orçamento como uma



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

referência para uma correta operacionalização das tarefas e da execução orçamental.-----

-----Tomou a palavra o conselheiro Jorge Conde solicitando a correção de alguns dados contidos no mapa de pessoal da ESTeSC. As propostas de correção foram as seguintes: (1) no mapa de pessoal docente de 2015, onde se lê 41 (quarenta e um) professores adjuntos, deve ler-se 44 (quarenta e quatro) professores adjuntos; (2) no mapa de pessoal não docente de 2015, onde se lê 5 (cinco) técnicos superiores, deve ler-se 6 (seis) técnicos superiores, e onde se lê 5 (cinco) assistentes operacionais, deve ler-se 6 (seis) assistentes operacionais. As alterações propostas foram consensualmente aceites. De seguida expressou a concordância com o PCG na necessidade de se apresentar um documento operacional de referência, mas justificou que tal só seria possível se as unidades orgânicas (UOs) tivessem um grau de autonomia que o permitisse.-----

-----Tomou em seguida a palavra o presidente do ISCAC, que invocou que com a retirada de autonomia de gestão às UOs inerente à proposta de Plano de Actividades e Orçamento do IPC para 2015, era na prática impossível gerir uma UO.-----

-----De seguida o PCG deu a palavra ao PIPC para que, antes de abrir o debate sobre o assunto, pudesse apresentar a proposta de *Plano de Actividades e de Orçamento do IPC para o ano de 2015* (Doc.3).-----

-----O PIPC começou por destacar a apresentação da proposta de PA&O num documento único, considerando-o num verdadeiro instrumento de gestão que facilita a apreciação conjunta das atividades propostas pelas UO e serviços da instituição, tal como previsto nos estatutos do IPC. De seguida fez uma breve síntese do PA&O para 2015, destacando os principais projetos, atividades e despesas. Deu nota de que o Conselho de Gestão, por maioria de votos, delegara nele (PIPC) a elaboração do parecer prévio sobre a proposta de orçamento (Doc4). De seguida apresentou o teor do documento destacando as seguintes conclusões:-----

-----1) *Entende que não existem condições para aprovar um orçamento que permita a atribuição de autonomia de gestão às UOs, devendo ser aprovado um orçamento global para o IPC com uma divisão pelas UOs apenas a título de referência, e que deverá ser o Conselho de Gestão a assegurar a gestão global do orçamento enquanto se mantiver a situação de desequilíbrio orçamental com a gravidade que tem neste momento, devendo o Conselho de Gestão assumir a responsabilidade de elaborar um plano escrito detalhado da forma como pretende reverter a situação.*-----

-----2) *Sobre o plano de atividades e orçamento dos SAS, o Conselho de Gestão é de parecer que o orçamento atribuído é gerível embora não permita assegurar a manutenção dos edifícios das cantinas e das residências, nem cumprir integralmente a missão que está atribuída aos Serviços.*-----

-----Em seguida fez uso da palavra o conselheiro Rui Mendes, expressando o seu desacordo com a proposta submetida de Plano de Actividades e Orçamento 2015, e manifestando o seu voto contra.-----

-----O conselheiro Luís Martins fez uma intervenção sobre o ponto da situação de funcionamento do ensino superior, particularmente da crise actual e do crescente subfinanciamento do ensino superior politécnico e do Politécnico de Coimbra, e do tipo de problemas que advém das dificuldades de, com orçamentos cada vez menores, se manter uma qualidade mínima do ensino e a credibilidade da instituição.

-----O conselheiro Rafael Gama colocou em seguida diversas questões e pedidos de esclarecimento adicionais, nomeadamente sobre despesas relacionadas com os Serviços de Ação Social e com o mapa de pessoal docente e não docente.-----

-----O conselheiro Benjamim Pereira considerou que o contínuo desinvestimento no ensino superior conduziu à presente situação orçamental e, que não existindo nesta altura condições para contestar o "plafond" de orçamento que foi atribuído ao IPC, não vislumbra



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

melhor solução que a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento 2015 em apreciação, a par da agilização da execução do orçamento através da delegação de autorização de algumas despesas nas UOs.-----

-----O conselheiro Gabriel Silva interveio em seguida, considerando que o PA&O 2015 fosse reajustado, e que fosse apresentada nova proposta com soluções duradouras e que objetivassem o reequilíbrio das três UOs com problemas.-----

-----O conselheiro Jorge Conde referiu ser a favor do princípio da solidariedade. No entanto, considera que não seria responsável ser a favor desse princípio enquanto as UOs do IPC com dificuldades orçamentais não apresentarem estratégias e propostas com o objetivo de ultrapassar essas mesmas dificuldades, pelo menos a médio e longo prazo. Informou que, se tiver que seguir este princípio de solidariedade, irá elaborar uma proposta de redução de propinas na ESTeSC, uma vez que considera que não devem ser os seus alunos a suportar os défices orçamentais das outras UOs. Referiu ainda que considera que no caso concreto do ISEC, a situação se deve a saldos mal geridos num passado recente, e no que diz a despesas dos Serviços da Presidência do IPC se deveria reduzir a aposta e a consequente despesa na internacionalização, e investir mais na divulgação da oferta de formação em território nacional. Questionou ainda sobre o que estava o IPC a fazer para além de cortar na despesa.-----

-----De seguida tomou a palavra o conselheiro Igor Ferreira, que considerou o PA&O apresentado a este órgão pouco ágil e pouco transparente, considerando-se insatisfeito com o seu conteúdo e manifestando o seu voto contra. Acrescentou que face às condições atuais da instituição, não aconselharia a frequência de cursos do IPC a um familiar ou amigo.-----

-----Os conselheiros Alexandre Silva e Jorge Bernardino, e o Presidente do ISCAC (convidado), intervieram sucessivamente no sentido de considerarem o documento em apreciação pouco transparente, e com um conteúdo pouco entendível.-----

-----Em termos de prestação de informação complementar e de resposta às sucessivas intervenções, tomou a palavra o PIPC. Começou por manifestar a sua indignação em relação à última parte da intervenção do conselheiro Igor Ferreira, que não aconselharia a frequência de cursos do IPC a um familiar ou amigo. Perguntou-lhe se com essa sensação de pouca qualidade, se mantinha num curso do IPC porque não foi aceite em qualquer outra instituição de ensino superior. Em relação a algumas questões levantadas no debate deste ponto, referiu que os concursos que decorrem – Regime Transitório - para Professor Coordenador e Professor Coordenador Principal, se relacionam com o cumprimento de questões legais, já sentenciadas em tribunal. Em relação ao parecer prévio do Conselho de Gestão sobre a proposta de orçamento referiu que este órgão propunha um modelo de gestão provisório para a atual situação de emergência, e que as UOs deveriam continuar a ser geridas pelos seus presidentes e que os mesmos deveriam assumir as responsabilidades e consequências dessa gestão. Acrescentou que seria a solução menos penalizadora para as UOs que não se encontram com dificuldades financeiras, controlando e contribuindo em conjunto para a execução orçamental global do IPC. Concluiu que a proposta não envolve limitações à autonomia científica ou pedagógica, mas apenas à financeira.-----

-----O conselheiro Igor Ferreira interveio em seguida, manifestando a sua desilusão sobre a interpretação das suas palavras por parte do Presidente do IPC e nas palavras que lhe dirigiu em resposta à sua intervenção, e reiterando que a sua observação sobre o não aconselhamento do IPC a outros se baseava na atual situação e nas condições oferecidas pela instituição.-----

-----Tomou a palavra o conselheiro Rafael Pereira reiterando pedido de esclarecimento solicitado na sua intervenção anterior. O PIPC prestou os devidos esclarecimentos.-----



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

-----O PCG fez referência ao parecer dos Elementos Externos (EE) deste Conselho (Doc.5), documento previamente submetido aos conselheiros, que refere que apesar das condicionantes referenciadas, os EE são de parecer que o Plano Anual de Actividades do IPC para 2015, proposto pelo Presidente, é o plano possível no quadro de um grande estrangulamento financeiro e da crise social existente, reunindo condições para ser aprovado.-----

-----Em seguida, o PCG deu por terminado o debate sobre este assunto e colocou o Plano de Actividades do IPC a votação, tendo sido obtido o seguinte resultado: votos a favor: 11 (onze) votos; votos contra: 6 (seis) votos; abstenções: 8 (oito) votos. Em face do resultado, a proposta de Plano de Actividades para o ano de 2015 foi aprovada por maioria dos conselheiros presentes.-----

-----A seguir colocou a proposta de orçamento a votação, tendo sido obtido o seguinte resultado: votos a favor: 10 (dez) votos; votos contra: 13 (treze) votos; abstenções: 2 (dois) votos. Em face do resultado, a proposta de Orçamento para o ano de 2015 foi reprovada por maioria dos conselheiros presentes.-----

-----Gerou-se um amplo debate em torno dos resultados da votação do orçamento.-----

-----O PIPC solicitou ao Conselho propostas alternativas à proposta reprovada.-----

-----O Conselheiro Igor Ferreira propôs a criação de uma comissão para estudar a situação.-----

-----O Conselheiro Jorge Conde reiterou a necessidade de as UOs com dificuldades orçamentais apresentarem planos estratégicos de emergência com soluções para a ultrapassagem da situação.-----

-----O PCG referiu que tendo sido reprovada a proposta de orçamento pelo Conselho Geral, a obrigação da submissão de uma proposta alternativa continuava a ser, estatutariamente, do PIPC. No entanto, considerava importante que qualquer conselheiro pudesse contribuir com propostas diretamente ao PIPC.-----

-----A conselheira Lúcia Simões considerou que não compete ao Conselho Geral apresentar uma proposta. Referiu que a proposta hoje apresentada não se encontrava suficientemente clara, e que solidariedade das UOs do IPC para com as que têm dificuldades financeiras exige que a proposta seja clara e inclua estratégias de resolução dos seus problemas orçamentais.-----

-----O Conselheiro Carlos Veiga referiu que a ESTGOH também já foi solidária com outras escolas, e informou que iria entregar uma declaração de voto (Doc.6).-----

-----O Conselheiro Jorge Conde acrescentou que esta reprovação era um alerta ao Presidente do IPC, de que está a conduzir a instituição num sentido errado.-----

-----Intervieram ainda vários conselheiros na discussão, e dela resultou um consenso de que o Presidente do IPC iria apresentar uma nova proposta. Vários conselheiros manifestaram disponibilidade para colaborar na sua elaboração.-----

-----De seguida passou-se para a análise do ponto 3 da OT.-----

-----Ponto 3 - Apreciação da proposta de participação do IPC na criação da Federação Portuguesa de Agricultura Social - FEPAS;-----

-----O PCG deu a palavra ao Presidente da ESAC para que apresentasse a proposta em apreciação. Apresentada e fundamentada a proposta, e analisados os documentos, o PCG colocou a proposta a votação, tendo a participação do IPC na criação da Federação Portuguesa de Agricultura Social (Doc.7) sido aprovada por unanimidade (18 votos).-----

-----Ponto 4 - Apreciação da proposta de associação do IPC ao Centro Pinus;-----

-----O PCG deu novamente a palavra ao Presidente da ESAC para que apresentasse a proposta em assunto. Apresentada e fundamentada a proposta, e analisados os documentos, o PCG colocou a proposta a votação, tendo a associação do IPC ao Centro PINUS (Doc.8) sido aprovada por unanimidade (18 votos).-----



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

-----**Ponto 5 - Apreciação da proposta de mobilidade da Presidência da ESEC, que obteve a concordância dos SAS, relativa à Assistente Operacional da ESEC Maria Adelaide Bernardino Santos;**-----

-----O PCG deu a palavra ao conselheiro Rui Mendes, que justificou a necessidade da troca e explanou que a funcionária da ESEC que se propõe para mobilidade para os SAS irá desempenhar nos SAS as funções que a sua administração vier a determinar.-----

-----De seguida o PCG colocou a proposta de mobilidade da Assistente Operacional da ESEC Maria Adelaide Bernardino Santos (Doc.9) a votação, tendo sido obtido o seguinte resultado: Votos a favor: 7 (sete) votos; Votos contra: 0 (zero) votos; abstenções: 11 (onze) votos. Em face do resultado, a proposta de mobilidade da Assistente Operacional Maria Adelaide Bernardino Santos foi aprovada por maioria.-----

-----**Ponto 6 - Outros assuntos urgentes a agendar no início da reunião.**-----

-----**Anulação de dívida de propinas a duas ex-estudantes da ESTeSC**-----

-----O PCG deu a palavra ao conselheiro Jorge Conde, que apresentou formalmente a proposta de anulação das dívidas de propinas das duas alunas da ESTeS recentemente falecidas - Susana Cristina Constança Morais e Ana Isabel Fernandes Santos – no valor, respectivamente, de 600.00€ e de 500.00€.-----

-----Tendo a proposta sido colocada a votação pelo PCG, esta foi aprovada por unanimidade (18 votos).-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelas 19h50, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida pelos conselheiros foi aprovada por unanimidade, e assinada pelo Presidente do Conselho Geral e por mim, Neide Rute Pereira Martinho, que a secretariei.

Fernanda L.

Neide Rute Pereira Martinho